

ATA DA 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 163ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Andrea Pereira Fróes (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA) e Geraldo Tadeu Rezende Silveira (PUC-MG).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA), Flávia Mourão Parreira do Amaral (ABES), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (FLOLESTE), Filipe Nepomuceno Bicalho Santos (Copasa) e Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG).

Ausências justificadas: Leandro Cesar Pereira (SMOBI), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL) e Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT),

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: Apresentação, pela DGAU/SMOBI, e discussão para aprovação do Plano Municipal de Saneamento - PMS 2020-2023 - Atualização 2022.

O conselheiro e secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, iniciou a apresentação informando que o Plano Municipal de Saneamento foi instituído pela mesma Lei que criou a Política Municipal de Saneamento em Belo Horizonte, Lei Municipal 8.260/01, institucionalizando o Sistema Municipal de Saneamento e seus instrumentos, dentre eles o Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA. O Plano Municipal de Saneamento tem vigência quadrienal e atualização bienal. A primeira versão do PMS foi publicada em 2004. Todas as versões publicadas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.pbh.gov.br/planosaneamento.

A última versão publicada do Plano corresponde à edição do PMS - 2020-2023. Devido a problemas de cronograma causados pela pandemia do Covid-19, houve um atraso na elaboração da Atualização 2022 do Plano.

Entre os principais objetivos do PMS se incluem a elaboração de um diagnóstico atualizado da prestação dos serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem ou manejo de águas pluviais) e uma hierarquização das bacias e sub-bacias que compõem o território do Município, segundo o seu nível de carência do ponto de vista sanitário e social.

O palestrante apresentou a estrutura dos indicadores e os critérios de cálculo para a priorização das 98 bacias e das 256 sub-bacias do Município. Foi detalhada, ainda, a composição do Índice de Salubridade Ambiental - ISA, que quantifica a cobertura dos serviços de saneamento, bem como a metodologia de cálculo dos indicadores temáticos considerados no Plano Municipal de Saneamento. Todos os dados estão disponíveis nas para todas as versões do PMS, podendo ser consultados no endereço eletrônico www.pbh.gov.br/planosaneamento. Foi destacado, ainda, que cabe ao COMUSA, a missão de apreciar, aprovar e fiscalizar a implementação do Plano Municipal de Saneamento.

O palestrante destacou algumas regiões nas quais foram identificadas uma melhora dos indicadores, tais como a região da Bacia do Isidoro e as bacias dos Córregos Bonsucesso e Olaria / Jatobá, no Barreiro. Informou, ainda, que o Índice de Salubridade Ambiental - ISA apresentou uma evolução significativa, passando de 0,927 na Versão 2023-2023, para 0,935 na Atualização 2022.

Por fim, o palestrante apresentou os critérios de cálculo da priorização de bacias e de sub-bacias do Município, destacando que as bacias mais prioritárias, segundo o apurado pelo PMS, para investimentos estão localizadas na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

A conselheira e representante da ABES-MG, Flávia Mourão, perguntou sobre a atualização dos indicadores que não compõem o ISA. Perguntou, ainda, sobre a utilização do IVS na metodologia, questionando se a

utilização não causaria uma análise de dados em duplicidade, perguntando ainda se os pesos utilizados na ponderação foram alterados.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira informou que a atualização dos indicadores que apuram a qualidade dos serviços prestados será apresentada na versão do Plano Municipal de Saneamento - PMS 2024-2027. Em relação ao IVS, informou que foi feita uma discussão com a Secretaria Municipal de Saúde, pois o indicador considera questões de caráter socioeconômico e verificou-se a importância de ele continuar sendo utilizado, ainda que o seu peso seja menor na definição das sub-bacias e bacias prioritárias. Sobre os valores dos pesos, esclareceu que eles têm se mantido, pois a realidade permanece a mesma. De fato, as temáticas que merecem mais atenção e que correspondem a uma maior demanda por investimentos em função das carências identificadas, permanecem sendo esgotamento sanitário e drenagem urbana.

A conselheira Flávia Mourão perguntou, ainda, se as áreas de maior demanda social, como ZEIS e AEIS, estão bem caracterizadas no Plano.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira afirmou que tem convicção de que essas áreas estão sendo contempladas, até mesmo porque a metodologia de cálculo adota a população moradora destas regiões em cada bacia e sub-bacia como um dos critérios de priorização.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, questionou sobre a utilização de pesos iguais para todas as sub-bacias. Perguntou, ainda, se já foi considerada a hipótese de categorização por conjuntos de sub-bacias, com distribuição de pesos diferentes de acordo com a demanda maior por determinado serviço de saneamento.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira explicou que o entendimento sobre o PMS é de que os indicadores são bons, mas que existem ilhas de desatendimento, ilhas de insalubridade no Município de Belo Horizonte que são muito graves e mesmo assim o PMS é capaz de aferi-las. De todo modo, as considerações são importantes e relevantes e são possibilidades que poderão ser exploradas no futuro.

A conselheira e representante da APLENA, Ana Paula Barbosa, questionou sobre a possibilidade de incorporar a temática de mudanças climáticas nas discussões do Plano Municipal de Saneamento.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira mencionou a necessidade de se avaliar se o Plano Municipal de Saneamento seria o instrumento adequado para as discussões relativas a essa temática, em face da existência do Comitê de Mudanças Climáticas que poderia gerar estudos, discussões, documentos e análises sobre a mesma.

Encerradas as manifestações, colocou-se em votação a aprovação do Plano Municipal de Saneamento - PMS 2020-2023 - Atualização 2022, que foi aprovada com 7 votos a favor e 2 abstenções.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.